



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL**  
**SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS E INFRAESTRUTURA**  
**COMPANHIA DE SANEAMENTO AMBIENTAL DO DISTRITO FEDERAL**  
**CNPJ – 00.082.024/0001-37**



Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no resultado. A Companhia reconhece ganhos e perdas na liquidação de um plano de benefício definido quando a liquidação ocorre.

As obrigações por benefícios definidos foram calculadas por atuariário independente, contratado por meio de licitação, utilizando o método de crédito unitário projetado que observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada plano separadamente para constituir a obrigação final. As obrigações previdenciárias líquidas, relacionadas aos planos I e II, estão representadas pelo valor presente da obrigação na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, conforme nota explicativa nº 25.

#### b. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas e incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Correspondem aos salários a pagar e às obrigações e provisões de férias, conforme nota explicativa nº 25.

#### c. Participação nos resultados

A Companhia provisiona a participação de empregados no resultado de acordo com o regime de competência, sendo essa obrigação advinda de Acordo Coletivo de Trabalho. A PPR considera a distribuição de 30% de uma parcela do resultado operacional, que venha a ser obtido pela CAESB no ano de vigência do Programa, limitado a 1,5 (uma folha e meia) de remuneração mensal, desde que o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE apresente resultado positivo e haja disponibilidade orçamentária e financeira. A distribuição é feita de forma proporcional ao atendimento de metas operacionais e financeiras divulgadas aos seus colaboradores. Tais valores são registrados nas rubricas participação sobre lucros a pagar aos empregados, no passivo circulante, e participação nos lucros e resultados de empregados, no resultado.

O valor da PPR apurado é distribuído de forma linear para todos os beneficiários em parcela única, em abril do exercício seguinte ao de referência do Programa, conforme nota explicativa nº 25.

#### d. Programa de Demissão Voluntária

Os benefícios de término de vínculo empregatício foram reconhecidos como despesa quando a Companhia estava efetivamente comprometida mediante acordo firmado e homologado para rescindir o vínculo empregatício antes da data de aposentadoria normal, mediante a oferta de benefícios visando a estimular a demissão voluntária.

O valor acordado é atualizado anualmente no mês de maio pela variação do INPC acumulado dos últimos 12 meses, publicada pelo IBGE, exceto se a adesão ao programa ocorrer em prazo inferior a 12 meses, não sendo permitida a aplicação de eventuais índices negativos. O saldo devido também sofre alteração quando do aumento do valor patronal do plano de saúde.

#### 4.13 Gastos ambientais

Gastos relacionados a programas ambientais contínuos são registrados como despesa no resultado do exercício, quando da existência de fato gerador. Os programas contínuos são elaborados para minimizar o impacto ambiental causado pelas operações e para gestão dos riscos ambientais relacionados às atividades da Companhia.

#### 4.14 Capital Social

O capital social é representado por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Os repasses realizados pelos acionistas vinculados a projetos de investimentos são classificados como adiantamento para futuro aumento de capital, pois não possuem natureza devolutiva e, após a aprovação pelos acionistas, na Assembleia Geral Ordinária, passam a integrar o capital social.

#### 4.15 Remuneração dos Acionistas

Para efeito de Remuneração dos Acionistas é seguido o contido no Estatuto Social, cuja última Alteração foi homologada em 25/11/2025 e prevê que a parcela referente ao dividendo e/ou juros sobre capital próprio (JCP) obrigatórios, não poderá ser inferior a 25% do lucro líquido ajustado, em linha com o artigo 202 da Lei 6.404/76.

#### 4.16 Imposto de renda e contribuição social

Em decorrência de decisão judicial com trânsito em julgado, que reconheceu a imunidade tributária da Companhia quanto ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), a CAESB não apura nem registra valores de IRPJ, seja na forma corrente ou diferida.

Assim, permanece sujeita apenas à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 9%, conforme legislação vigente.

A contribuição social corrente é apurada com base no lucro tributável, ajustado pelas adições, exclusões e compensações permitidas pela legislação fiscal.

#### O valor apurado é registrado:

- no passivo, quando houver montante devido; ou
- no ativo, quando pagamentos antecipados excederem o valor devido na data das demonstrações financeiras.

A Administração avalia periodicamente as posições adotadas na apuração da CSLL, especialmente em áreas sujeitas a interpretação fiscal, constituindo provisões quando aplicável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com base nas diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro.

#### São reconhecidos:

- ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias dedutíveis, perdas fiscais e bases negativas de CSLL, quando é provável que existam lucros tributáveis futuros que permitam sua realização;
- passivos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias tributáveis.

Os ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e reduzidos quando não for mais provável sua realização futura.

A mensuração de ativos e passivos fiscais diferidos utiliza as alíquotas da CSLL vigentes ou já aprovadas até a data das demonstrações financeiras, aplicáveis ao período esposto de reversão das diferenças temporárias.

#### 4.17 Tributos sobre receitas

As receitas de serviços de saneamento estão sujeitas à incidência dos seguintes tributos e respectivas alíquotas, conforme apresentado:

Tributos	Alíquotas
PIS/PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	0,65%
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	3,0%

Adicionalmente, as receitas de serviços de saneamento também estão sujeitas à incidência de duas taxas de fiscalização: Taxa de Fiscalização sobre Serviços Públicos de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário (TFS) e Taxa de Fiscalização dos Usos dos Recursos Hídricos (TFU).

A demonstração do resultado é apresentada líquida dessas deduções. Esses tributos são apresentados como deduções da receita pelos seus valores brutos.

#### 4.18 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são representadas, principalmente, por juros, atualizações monetárias e ganhos cambiais, resultantes de aplicação financeira, contas a receber e valores depositados em juro.

As despesas financeiras referem-se a juros, atualizações monetárias e perdas cambiais decorrentes de empréstimos, financiamentos e parcelamento de obrigações.

O registro é feito por meio do método de taxa efetiva de juros.

#### 4.19 Moedas e conversão em moeda estrangeira

As operações realizadas em uma moeda diferente da moeda do ambiente econômico em que opera são inicialmente registradas em moeda funcional, à taxa de câmbio na data da transação. Passivos em moeda estrangeira são convertidos à taxa cambial em vigor à data do balanço patrimonial e todas as diferenças cambiais no decorrer do exercício são registradas na demonstração

do resultado como variação cambial, salvo as referentes a financiamentos vinculados às obras em andamento, as quais são incorporadas aos valores desses ativos.

#### 5 Gestão de riscos e instrumentos financeiros

##### 5.1 Gestão de Risco Financeiro

A Companhia está exposta a riscos financeiros, porém todos administrados ou amenizados de forma a não impactar, significativamente, os resultados de suas operações. A gestão do risco financeiro é um processo contínuo que envolve todas as áreas da Companhia, incluindo os Conselhos de Administração e Fiscal, Comitês e Diretoria Colegiada. A Companhia mantém atualizada sua Política de Gestão de Riscos Financeiros (PL-GEF-002), a qual estabelece diretrizes, atribuições e parâmetros para sua gestão, conforme descritos nesta nota explicativa.

##### a. Risco de negociação

O negócio da Companhia refere-se basicamente a captar, tratar e distribuir água, coletar e tratar esgotos sanitários no Distrito Federal e no município de Águas Lindas de Goiás. Os resultados da Companhia dependem da manutenção das concessões nos locais em que opera e os contratos têm seu prazo de validade definido em média de 30 anos. Em algumas situações, o poder concedente poderá rescindir o contrato antes do seu término ou ainda não autorizar a sua renovação, mediante indenização pelo valor justo dos saldos de investimentos ainda não depreciados/amortizados. Os recursos hídricos disponíveis e sistemas eficientes reduzem o risco de desabastecimento e o processo de reajuste e revisão da tarifa é aprovado pela Agência Reguladora. Especificamente, no Distrito Federal, com a promulgação da Lei nº 7.629, de 20 de dezembro de 2024, esse risco foi mitigado pois ficou estabelecida a prestação direta do serviço público de saneamento básico por meio da CAESB, por prazo indeterminado.

##### b. Risco de crédito

É o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, que acarretaria prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, depósitos em bancos e outros instrumentos financeiros. A Companhia tem esses riscos minimizados em decorrência da pulverização de seus clientes e da diversificação de seus agentes arrecadadores.

##### b.1 Recebíveis

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, aos controles e às políticas estabelecidas pela Companhia, que possui autonomia para realizar cobranças administrativas e judiciais em caso de inadimplência. Parte substancial das vendas é pulverizada entre muitos clientes segmentados nas categorias de consumo: residencial normal, residencial popular, tarifa irrigação, comercial, pública e industrial, o que minimiza o risco de crédito, além de procedimentos de controle.

Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente garantidos pelas provisões que fazem frente contra eventuais perdas em sua realização, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas conforme CPC 48. Para que a provisão reflita as eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de formas individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário, e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise são vários, e entre eles é observado o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento e outras.

##### b.2 Aplicações financeiras

O risco está relacionado à possibilidade de computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza esses riscos mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado.

Em 31 de dezembro de 2025 os ativos relativos às aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia totalizam R\$ 366.211 (R\$ 386.443 em 2024), distribuído conforme tabela abaixo:

	2025	2024
BRB – Banco de Brasília S/A	223.929	240.343
Banco do Brasil S/A	115.983	92.354
Caixa Econômica Federal – CEF	8.790	53.746
Banco Itaú Unibanco	17.509	-
<b>Total</b>	<b>366.211</b>	<b>386.443</b>

##### c. Risco de taxa de juros

Ocorre quando o valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros flutua devido às variações nas taxas de juros de mercado. Relaciona-se com a possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros, que ocasionaria um aumento nas despesas financeiras, em decorrência das posições passivas dos contratos atrelados a taxas de juros flutuantes.

A exposição ao risco de mercado está, primordialmente, vinculada a obrigações de longo prazo passíveis de variações nas taxas de juros e nos índices de atualização monetária.

Simulações de diversos cenários, tais como refinanciamentos, liquidações antecipadas, renovações de posições existentes, trocas de dívidas e financiamentos são utilizadas para definir novas contratações ou renegociar as já existentes.

Em 31 de dezembro de 2025, os passivos relativos a empréstimos, financiamentos e outras contas a pagar com risco de taxa de juros totalizam R\$ 124.703 (R\$ 180.535 em dezembro de 2024), sendo no circulante R\$ 24.456 e no não circulante R\$ 100.247, captados a taxas variáveis de juros e índices de atualização monetária (IPCA, TR e INPC).

Índice de indexação	2025	2024
Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)	10,387	-
Taxa de Referência (TR)	-	50,513
<b>Total de empréstimos e financiamentos</b>	<b>10,387</b>	<b>50,513</b>
Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)	114,316	130,022
<b>Total de outras contas a pagar</b>	<b>114,316</b>	<b>130,022</b>
<b>Total</b>	<b>124,703</b>	<b>180,535</b>

A falta de correlação direta entre os índices de atualização monetária de seus passivos e das contas a receber também representa um risco para a Companhia, uma vez que os reajustes de tarifa de fornecimento de água e esgotamento sanitário não necessariamente acompanham os aumentos das taxas de juros que afetam as dívidas.

A Companhia acompanha, anualmente, com a ADASA as ações de reajustamento da tarifa, que visam à recuperação das perdas com a inflação. A cada quatro anos, essa mesma Agência Reguladora realiza a revisão tarifária, com o intuito de identificar os investimentos realizados, calcular sua remuneração e ajustar os cálculos dos custos operacionais.

##### Análise de sensibilidade para o risco de taxa de juros

A análise de sensibilidade apresentada tem como objetivo demonstrar os saldos dos principais ativos e passivos financeiros atrelados a taxas pós-fixadas, calculados com base em uma taxa projetada para o período de 12 (doze) meses após 31 de dezembro de 2025. Além disso, busca mensurar o impacto de possíveis mudanças nas variáveis de mercado, considerando todos os demais indicadores constantes, de forma a avaliar os efeitos potenciais sobre os resultados financeiros da companhia.

Para efeito da análise, no entanto, tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente. Tais valores, quando de sua liquidação, poderão ser diferentes dos demonstrados, devido às estimativas utilizadas no seu processo de elaboração.

nas operações (“FFO”) acima de R\$ 500 milhões ao ano nos últimos períodos e um cronograma de amortização alongado.

O rating também incorpora a expectativa da Moody’s Local Brasil de que a CAESB realizará novas captações para seu programa de investimentos, com foco no combate a perdas (cerca de 32% do final de 2024), ampliação da rede de coleta de esgotos e na manutenção da segurança hídrica do Distrito Federal. No entanto, a CAESB possui uma flexibilidade de investimentos maior que de seus pares setoriais, dada sua alta cobertura de água (99%) e esgoto (95%), visando as metas impostas pelo Novo Marco Regulatório de Saneamento.

##### 5.4 Risco de redução ao valor recuperável (impairment)

A Companhia está exposta ao risco de que determinados ativos registrados no ativo não circulante, especialmente aqueles classificados no ativo imobilizado e, quando aplicável, no ativo intangível, não sejam integralmente recuperáveis por meio de seu uso contínuo nas operações ou por eventual alienação. Nessas circunstâncias, pode ser necessário o reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável (“impairment”), em conformidade com o disposto no CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

Os ativos mais relevantes sujeitos a esse tipo de risco incluem, principalmente, a infraestrutura operacional vinculada aos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água, aos sistemas de coleta e tratamento de esgoto, bem como obras em andamento e demais ativos utilizados na prestação dos serviços públicos sob responsabilidade da Companhia. Adicionalmente, podem estar sujeitos a essa avaliação eventuais ativos intangíveis relacionados a contratos ou direitos regulatórios, quando existentes.

O monitoramento contínuo de indicadores internos e externos é realizado para sinalizar eventuais perdas de recuperabilidade. Entre tais indicadores, destacam-se alterações no ambiente regulatório, mudanças na demanda, evolução tecnológica, deterioração física e variações macroeconômicas.

A mitigação do risco fundamenta-se em planejamento estratégico, revisões tarifárias e manutenção da infraestrutura. Tais ações integram o procedimento operacional de verificação de *impairment*, atualmente em fase de elaboração.

##### 5.5 Risco Regulatório

A Companhia está exposta a riscos regulatórios inerentes à prestação de serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. As atividades da Companhia dependem da manutenção do arcabouço institucional aplicável, das diretrizes do poder público e das decisões da agência reguladora, especialmente no que se refere aos processos de reajuste e revisão tarifária, padrões de qualidade e metas de investimento.

Embora os contratos e instrumentos que disciplinam a prestação dos serviços sejam, em geral, de longo prazo, existe o risco de alterações nas condições regulatórias ou operacionais que possam afetar o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia, sua geração de caixa e sua capacidade de execução de investimentos.

Norma	Descrição	Data de vigência e disposição transitória
IFRS 18 (CPC 51) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Financeiras	A IFRS 18 estabelece novos requerimentos para apresentação e divulgação das demonstrações financeiras, em substituição à IAS 1 – Presentation of Financial Statements. Entre outros, foram incluídos novos requerimentos sobre: a) Apresentação da demonstração do resultado, incluindo a obrigação de classificar todas as receitas e despesas em de das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, imposto de renda e operações descontinuadas; b) Divulgação de medidas de desempenho definidas pela gestão; c) Orientação sobre agregação ou desagregação de informações; e d) Novos requerimentos de divulgação. Adicionalmente, foram feitas determinadas alterações em outros normativos incluindo requerimentos contábeis que tratam da demonstração do fluxo de caixa.	1º de janeiro de 2027 Aplicação retrospectiva com regras de transição específicas. A Companhia está avaliando os impactos e efeitos da adoção desta Norma.
IFRS 19 – Subsidiárias	A IFRS 19 permite que uma subsidiária elegível forneça divulgações reduzidas ao aplicar as Normas Contábeis nas demonstrações financeiras. A subsidiária é elegível para divulgações reduzidas se não tiver responsabilidade pública e sua controladora final ou qualquer intermediária preparar demonstrações financeiras disponíveis ao público que atendam as Normas Contábeis.	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera efeitos oriundos desta Norma.

#### 8 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixa e Bancos (a)	22.311	18.324
Aplicação financeira de liquidez imediata (b)	366.211	386.443
<b>Total</b>	<b>388.522</b>	<b>404.767</b>

(a) Consistem em numerários em poder dos bancos e aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com possibilidade de resgate automático e que apresentam risco insignificante de mudança de valor.

(b) Aplicações financeiras de liquidez imediata à disposição da Companhia, com carteiras compostas, isolada ou cumulativamente, por Títulos Públicos Federais, indexados ao CDI/SELIC e/ou pré-fixados ou por operações comprometidas lastreadas por Títulos Públicos Federais. Possuem rentabilidade média de 98,8% do CDI (94,9% do CDI em 2024). A análise de sensibilidade desses ativos é apresentada na nota explicativa nº 5 - gestão de riscos, na qual consta o detalhamento por instituição financeira.

#### 9 Contas a receber

	2025	2024
<b>Clientes</b>		
Contas a receber de clientes	1.537.555	1.388.688
Contas a receber de partes relacionadas (Nota Explicativa 35)	21.116	26.443
Subtotal contas a receber (a)	1.558.671	1.415.131
Serviços de Consultoria	-	136
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(1.038.857)	(988.059)
<b>Subtotal</b>	<b>519.814</b>	<b>427.208</b>
<b>Demais contas a receber</b>		
Pagamentos de clientes a reconhecer (c)	(14.198)	(12.264)
Títulos Precatórios a receber – GDF	29.935	26.287
Clientes consórcio Águas Lindas (Nota Explicativa 38)	29.000	24.191
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (b)	(13.577)	(9.384)
<b>Subtotal</b>	<b>31.160</b>	<b>28.730</b>
<b>Total de contas a receber, líquidas</b>	<b>550.974</b>	<b>455.938</b>
Circulante	473.239	400.710
Não circulante	77.735	55.228

(a) Composição das contas a receber bruto de clientes, por faixa de dias vencidos e por categoria de usuários:

	2025	2024
Contas a receber - bruto de clientes – Circulante	1.508.184	1.385.255
Contas a receber - bruto de clientes - Não Circulante	50.487	29.876
<b>Total do contas a receber - bruto de clientes</b>	<b>1.558.671</b>	<b>1.415.131</b>

Durante o exercício de 2025, a Companhia registrou crescimento no saldo de contas a receber em função de fatores operacionais e tarifários. Em 1º de junho de 2025, entrou em vigor um reajuste tarifário de **9,86%**, impactando diretamente o valor das faturas emitidas. Além disso, houve **incremento de 1% na quantidade de ligações de água e esgoto** entre dezembro de 2024 e dezembro de 2025, bem como **aumento do volume faturado no período, equivalente a 10% para água e 11% para esgoto**. Adicionalmente, a Companhia intensificou ações de recuperação de créditos vencidos, o que resultou em maior adesão a **parcelamentos**, contribuindo para a elevação do saldo a receber.

Categoria	A faturar	A vencer	Parceladas	< 30 dias	31 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 365 dias	> 365 dias	2025	2024
Residencial	81.551	115.201	95.823	63.901	58.616	48.182	77.493	637.456	1.178.223	1.178.223
Comercial	29.412	33.346	21.848	15.553	12.908	11.594	17.530	177.233	319.424	319.424
Industrial	1.228	922	9.898	354	308	219	406	5.723	19.259	19.259
Pública	29.305	1.768	-	2.670	1.851	377	92	5.702	41.765	41.765

	2025	2024
2025	141.496	151.237
2024	114.630	118.978
	85.077	64.870
	73.683	60.372
	105.074	768.897
	1.415.131	1.415.131

Os valores registrados no não circulante decorrem de operações de renegociação de dívidas (parcelamentos), com prazo superior a 12 meses; atualmente o procedimento interno – PO.COM.CAC-005, prevê o parcelamento de débitos em até 24 parcelas, para os parcelamentos em condições normais de negociação. Nos casos de parcelamentos especiais podem ser autorizadas reduções nos juros de mora e/ou redução nos juros de parcelamento para possibilitar uma negociação viável, bem como extensão da quantidade de parcelas, quando o caso se demonstra complexo em razão do volume elevado de débitos ou pela quantidade de contas acumuladas. Todos os parcelamentos executados por meio judicial possuem características especiais e em sua maioria superiores a 12 parcelas.

(b) A Companhia registra suas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa por meio do lucro provável de realização, conforme detalhado no procedimento interno (PO.COM.CAC-008) e ainda considerando:

Os valores complementares, com base na categorização dos clientes e análise do histórico de perdas para atender ao modelo de perdas incorridas e esperadas estabelecido pelo Pronunciamento Técnico CPC 48. Para que seja constituída provisão para fazer face às eventuais perdas estimadas, é feita análise da carteira de clientes de forma individual e coletiva. A análise individual corresponde à carteira de crédito para cada usuário e a análise coletiva corresponde a um conjunto de devedores segmentados em grupos com características comuns. Os critérios de análise para definição do percentual de provisionamento são vários, entre eles, observa-se o histórico de inadimplência e o atraso de pagamento, localização geográfica do usuário, tipo de pagamento contratado, situação do abastecimento etc. A Companhia adota a premissa de não fazer provisão para perdas em relação aos órgãos do GDF (administração direta), para os créditos não prescritos e que tenham expectativas de recebimento, haja vista tratar-se de parte relacionada controladora e devido ao seu histórico de pagamentos e existência de instrumento de compensação de débitos, conforme detalhado na nota explicativa 22.2 (a).

A variação decorreu do aumento dos valores a receber no exercício de 2025, o que acaba por impactar também os valores provisionados, além disso, houve um incremento no percentual de perdas esperado para as categorias: Residencial e Pública.

A movimentação na provisão para perdas de contas a receber de clientes da Companhia foi a seguinte:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	988.059	938.4
Adição	280.053	4.948
Reversão/baixa	(229.255)	(755)
<b>Saldo no final do exercício</b>	<b>1.038.857</b>	<b>13.577</b>

(c) A rubrica “Pagamentos de clientes a reconhecer” é apresentada como conta redutora do ativo, uma vez que a sua natureza decorre dos valores de arrecadações recebidas, mas com diferenças a maior, a menor ou em duplicidade.

#### 10 Estoques

Os estoques de materiais são destinados ao consumo. O estoque está demonstrado pelo custo médio de aquisição, conforme apresentado abaixo:

	2025	2024
Material de operação, manutenção e obras	60.960	44.101
Materiais administrativos	179	126
Reserva técnica	927	446
Material de operação, manutenção e obras – Consórcios	702	554
<b>Total</b>	<b>62.768</b>	